

Comportamento eleitoral do PSDB nas eleições presidenciais brasileiras (2002 a 2014)¹

Daiane Deponti Bolzan

Marco Túlio Aniceto França

1. Introdução

As últimas seis eleições presidenciais brasileiras foram marcadas pela polarização na disputa entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Enquanto PSDB venceu as eleições de 1994 e 1998 e o PT, foi vencedor nos pleitos de 2002, 2006, 2010 e 2014. Um argumento que tem sido bastante utilizado na análise das votações presidenciais foi a mudança no padrão eleitoral do PT entre as eleições de 2002 e 2006 com a ampliação da votação do PT nos “grotões” do país e a manutenção nas eleições seguintes de altos percentuais nas regiões menos desenvolvidas do país.

Com base nisso, este artigo se propõe a analisar exploratoriamente a votação obtida pelo principal partido de oposição, PSDB, nos municípios brasileiros buscando identificar possíveis modificações nos padrões de votação entre as eleições e também as diferenças nas votações obtidas entre o primeiro e o segundo turno. Para isso utilizar-se-á dados de cross section empilhados do percentual de votação obtido pelo partido nas últimas quatro eleições para as cinco regiões brasileiras. Ademais, por intermédio de distribuições não paramétricas de kernel, analisar-se-á possíveis mudanças na votação entre as eleições, uma vez que podem haver mudanças importantes no padrão de votos do PSDB com ampliação de votos em determinadas regiões e redução em outras.

¹ Artigo apresentado no XXXI Congresso ALAS: Las encruzijadas abiertas de América Latina, La sociología en tiempos de cambio no GT 10. Estudios políticos, Sociojurídicos e Instituciones, realizado entre os dias 3 e 8 de dezembro de 2017 em Montevideu, Uruguai.

2. Disputas presidenciais no Brasil

Após a Ditadura Civil-Militar, o Brasil teve apenas sete eleições presidenciais e apenas quatro presidentes eleitos². Destas sete eleições, Luis Inácio Lula da Silva (Lula) do Partido dos Trabalhadores (PT) foi candidato em cinco delas, tendo sido o principal candidato de oposição em 1989, 1994 e 1998 e eleito em 2002 e 2006. Nas eleições de 2010 e 2014, o PT também conseguiu eleger sua candidata.

A primeira eleição após a Ditadura ocorreu em 1989 e foi marcada pelo grande número de candidatos (22 candidatos) no primeiro turno e pela competição entre Luis Inácio Lula da Silva (PT) e Fernando Collor de Melo (PRN³) no segundo turno, tendo-se eleito Collor como presidente. Em 1992, Collor deixa a presidência após o processo de Impeachment e Itamar Franco, seu vice de chapa, assume a presidência até o final do mandato. Em 1994, é eleito Fernando Henrique Cardoso (PSDB) como presidente no primeiro turno e em 1998, ele é reeleito também em primeiro turno.

A eleição de 2002 marca a entrada do PT na presidência após três tentativas frustradas e tem pelo menos dois elementos importantes que sinalizaram uma aproximação maior do partido com o centro político. O primeiro deles é a coligação com o PL (Partido Liberal) e a presença de José Alencar como vice-presidente. O segundo elemento é a Carta ao povo brasileiro assinada por Lula em 22 de junho de 2002 que critica a política econômica do governo FHC mas que indica que o candidato não tomaria atitudes bruscas em relação a economia e que acalmou o mercado financeiro quanto a possibilidade de eleição de Lula.

Já a eleição de 2006 é usualmente considerada como a eleição que marca a mudança no perfil do eleitor do PT. Zucco (2008) argumenta que a partir de 2006 a votação obtida pelo PT pode ser explicada pelo voto pragmático em que o eleitor vota visando obter algum benefício do governo e teria sido a resposta eleitoral do programa

² Os presidentes eleitos foram: Fernando Collor de Melo (1989), Fernando Henrique Cardoso (1994 e 1998), Luis Inácio Lula da Silva (2002 e 2006) e Dilma Rousseff (2010 e 2014). Sendo que dois deles passaram por processo de Impeachment.

³ Partido da Reconstrução Nacional.

Bolsa Família uma vez que o partido passa a obter mais votos nas regiões mais pobres e distantes do país em contraposição a sua votação habitual de regiões metropolitanas. O argumento é que municípios em que há uma dependência maior em relação ao Governo Federal seriam mais inclinados ao voto pró-governo, entretanto, este argumento não explica porque houve mudança eleitoral em 2002 de forma a permitir a entrada do PT no Executivo Federal. A ideia de que o Programa Bolsa Família (PBF) e outros programas de transferência direta de renda tenham permitido ao PT receber benefícios eleitorais foi bastante utilizado pela literatura política brasileira (CARRARO et al., 2007; NICOLAU, 2015; PEREIRA; SHIKIDA; NAKABASHI, 2011) mas tem sido criticada recentemente (CANÊDO-PINHEIRO, 2015; CORRÊA, 2015, 2016) apontando que apenas o PBF não seria capaz de explicar sozinho o aumento dos votos obtidos pelo partido e que outros fatores como o crescimento econômico também foram importantes na decisão eleitoral.

Outra questão interessante sobre o comportamento eleitoral brasileiro diz respeito à volatilidade eleitoral. Segundo Bohn e Paiva, (2009), a volatilidade eleitoral é maior nos países com democratização mais recente mas têm decrescido no Brasil nas eleições presidenciais indicando que os eleitores têm estabilizados suas escolhas eleitorais ao longo do período democrático. Entretanto, ainda são necessários estudos a nível subnacional para melhor caracterizar o processo político dada a heterogeneidade da população brasileira. A necessidade de uma análise desagregada do índice de volatilidade também é enfatizada por (PERES; RICCI; RENNÓ, 2011) que indicam que alguns estados possuem um índice de volatilidade baixo enquanto outros tem índice elevado.

Não obstante os estudos sobre volatilidade eleitoral indicarem um declínio desta, os estudos sobre identificação partidária apontam que não há aumento nos níveis de identificação dos eleitores com os partidos políticos como apontam Carreirão e Kinzo (2004).

Entretanto, as eleições presidenciais brasileiras têm se estruturado em torno de duas siglas (PT e PSDB). Segundo Braga e Pimentel Jr., a identificação partidária no Brasil não difere significativamente das demais democracias. Braga e Pimentel Jr.

concluem que os partidos são relevantes na decisão de voto e, principalmente, que a simpatia por PT e PSDB era crescente (BRAGA; PIMENTEL JR, 2011)

Em 2002, apenas o Nordeste aparecia tendendo a votar no PT, algo que se manteve nas outras duas eleições subseqüentes. Em 2006, Norte/Centro Oeste tenderam ao voto petista e Sul e Sudeste ao voto pesedebistas, enquanto em 2010, observamos que o Centro-Oeste e o Sul tenderam a se posicionar contrários ao PT (BRAGA; PIMENTEL JR, 2011, p. 291).

A análise regional do comportamento eleitoral brasileiro é fundamental para ampliar os estudos na área não apenas pelas similaridades regionais, mas também pelas redes de interação social.

“A introdução da questão regional na avaliação do comportamento do eleitorado brasileiro traz para o cenário político um novo ator com valores e interesses políticos diferenciados. Características regionais podem afetar o comportamento do eleitor, através de redes de interação social.”(KERBAUY, 2011, p. 479)

Marzagão (2013) também analisa a disputa eleitoral de um ponto de vista geográfico. O autor testa três hipóteses: as interações sociais entre residentes de municípios próximos; a concentração das campanhas eleitorais em determinadas regiões em detrimento de outras; e as similaridades socioeconômicas observadas entre municípios próximos e conclui que não há evidências de que as interações sociais entre residentes de municípios próximos influenciem a escolha eleitoral, a concentração das campanhas necessita dados desagregados e dos indicadores socioeconômicos que tiveram impacto na escolha eleitoral na eleição de 2010.

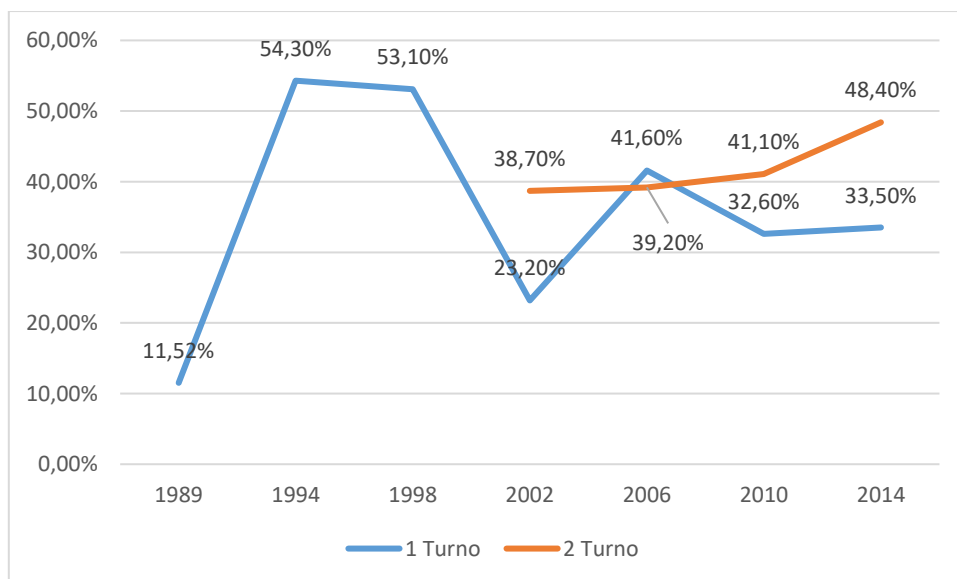
Assim, procura-se aqui identificar possíveis padrões eleitorais distintos de voto no PSDB ao longo das últimas quatro eleições presidenciais para as cinco regiões brasileiras e para os votos no exterior.

3. PSDB nas eleições presidenciais brasileiras

A Figura 1 apresenta o percentual de votos válidos obtidos pelo PSDB nas disputas presidenciais de 1989 a 2014. Observa-se que houve um crescimento significativo no primeiro turno entre a eleição de 1989 e a eleição de 1994, em que Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi eleito em primeiro turno depois de ter sido Ministro da Fazenda e implementado o Plano Real. A estabilização da economia foi apontada como um dos principais elementos que permitiram que o presidente fosse eleito.

Na eleição de 1998, o PSDB obteve 53,10% dos votos válidos reelegendo FHC como Presidente da República após a aprovação de Emenda Constitucional n. 16 de 1997.

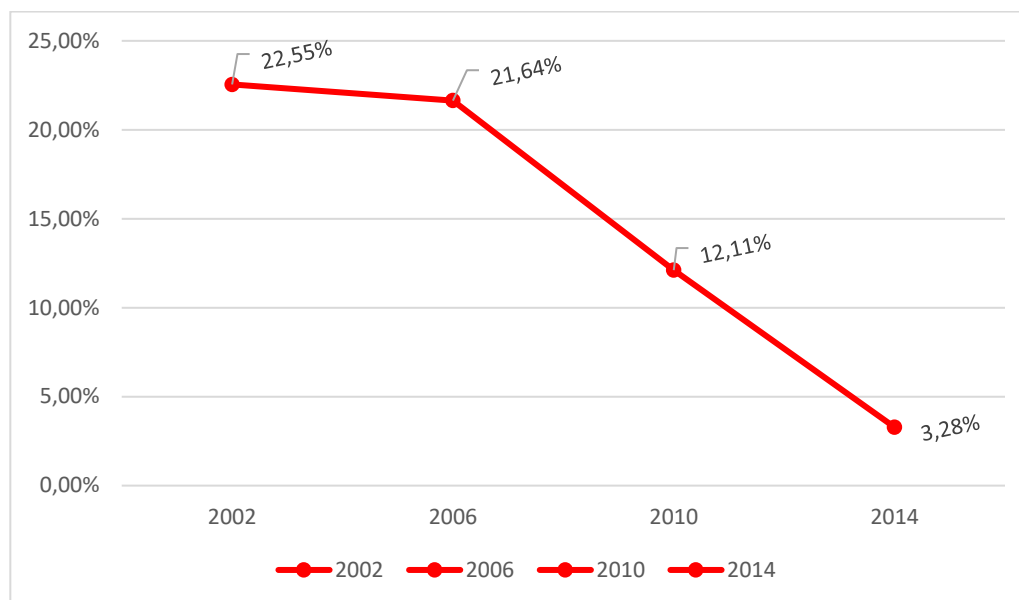
Figura 1 - Percentual de votos válidos do PSDB (1989-2014)



Fonte: Elaborado a partir dos dados do TSE.

As eleições seguintes são marcadas pela disputa, no segundo turno, entre PT e PSDB, indicando crescimento da preferência dos eleitores pelo PSDB ao longo das últimas eleições (declínio do PT). A Figura 2 apresenta a diferença percentual de votos entre os partidos no segundo turno e indica que a preferência pelo partido de oposição ao PT tem crescido chegando a diferença de apenas 3,28% entre PT e PSDB nas últimas eleições.

Figura 2 – Diferença percentual de votos válidos obtidos pelo PT e PSDB no segundo turno (2002-2014)



Fonte: Elaborado a partir dos dados do TSE.

A Tabela 1 apresenta o percentual de votos válidos obtidos por cada partido no segundo turno. A eleição de 2002 foi entre Lula (PT) e José Serra (PSDB). A eleição de 2006, marcada pelos escândalos do mensalão petista foi disputada por Lula (PT) e Geraldo Alckmin (PSDB). A eleição de 2010 marca a saída de Lula do governo e a eleição de Dilma Rouseff disputada com José Serra (PSDB). A eleição de 2014 foi disputada entre Dilma Rouseff e Aécio Neves.

Tabela 1 – Votos válidos (%)

ELEIÇÃO	PT	PSDB
2002	61,3%	38,7%
2006	60,8%	39,2%
2010	58,9%	41,1%
2014	51,6%	48,4%

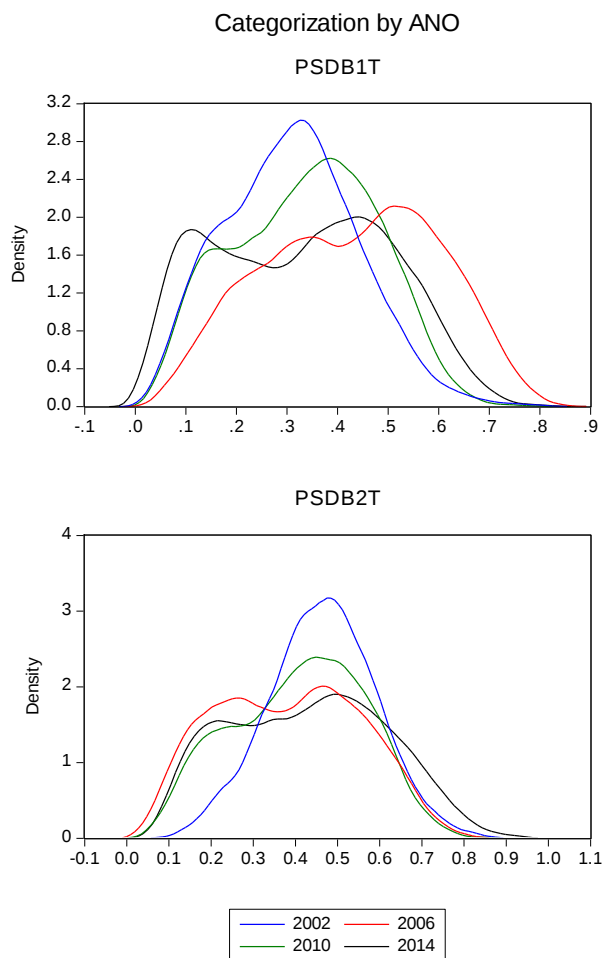
4. Análise de dados

Utilizando os dados eleitorais disponibilizados pelo TSE, analisaram-se as votações do PT nas eleições presidenciais de 2002, 2006, 2010 e 2014 tanto para o primeiro quanto para o segundo turno das eleições. Utilizou-se a distribuição de Kernel para identificar possíveis padrões no comportamento eleitoral neste período.

A Distribuição de Kernel é uma distribuição de densidade não-paramétrica que é suavizada em comparação com o histograma tradicional. O Kernel estima uma média ponderada das observações de maneira que os pontos mais próximos ao observado tem peso maior (CAMERON; TRIVEDI, 2005). Desta forma, a distribuição de kernel tem melhor possibilidade de explicação de dados espaciais como os que estão sendo utilizados neste artigo.

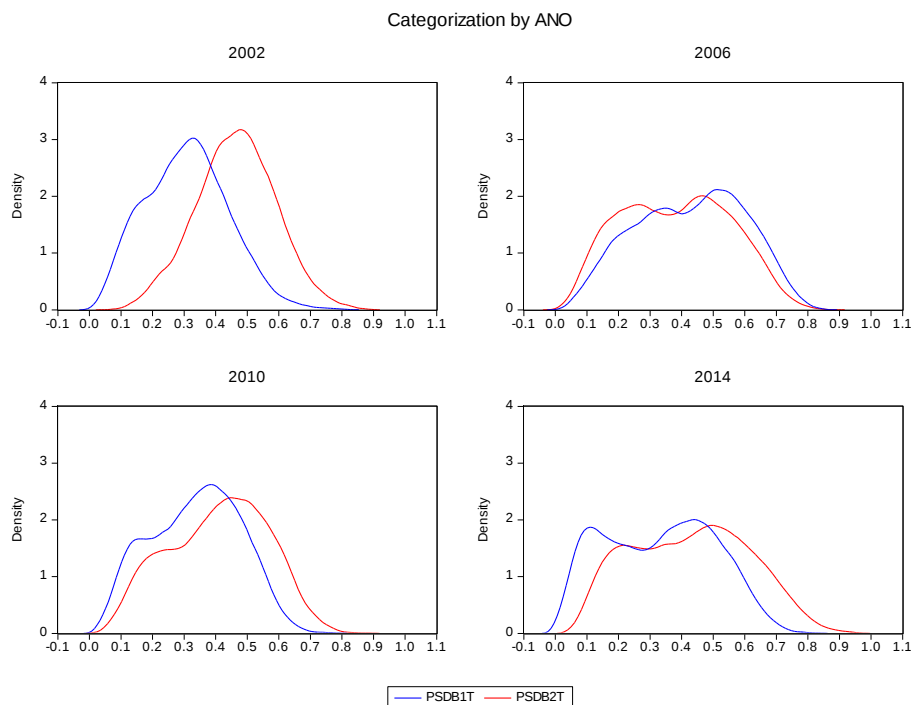
A Figura 3 apresenta a distribuição de Kernel para a votação percentual do PSDB nos municípios brasileiros. Em 2002, a média (moda e mediana) de votação foi de 30%. Em 2006, verifica-se uma distribuição bi-modal (duas modas e duas médias) de municípios com níveis elevados de votação (50%) e níveis bem inferiores (aproximadamente 5%). Em 2010, a distribuição ficou assimétrica a direita em relação a 2002, tendo um grupo considerável de 40% de votação indicando o aumento da votação do PSDB. Em 2014, o cenário de 2006 se repete (duas modas), porém, com a cauda a direita muito semelhante a de 2002. Para o segundo turno, a dispersão na distribuição diminui, mas, a média é muito parecida entre as eleições. Parece existir um padrão eleitoral que se repete no segundo turno entre os anos.

Figura 3 - Distribuição de Kernel do PSDB nos municípios brasileiros



A Figura 4 apresenta o comparativo entre a votação do primeiro e segundo para cada eleição no país. A eleição de 2002 foi a que o partido mais conseguiu ampliar os votos entre os turnos. Na eleição de 2006 o candidato do PSDB reduziu sua votação entre o primeiro e segundo turno. A eleição de 2014 mostra duas concentrações diferentes, uma com votação bem reduzida (entre 0 e 20%) e outra com uma votação mais moderada (entre 30 e 50%). Observando-se os quatro gráficos percebe-se a crescente polarização entre os municípios que tem a votação do partido reduzida e aqueles que tem uma votação mais moderada.

Figura 4 - Comparativo votação PSDB por eleição

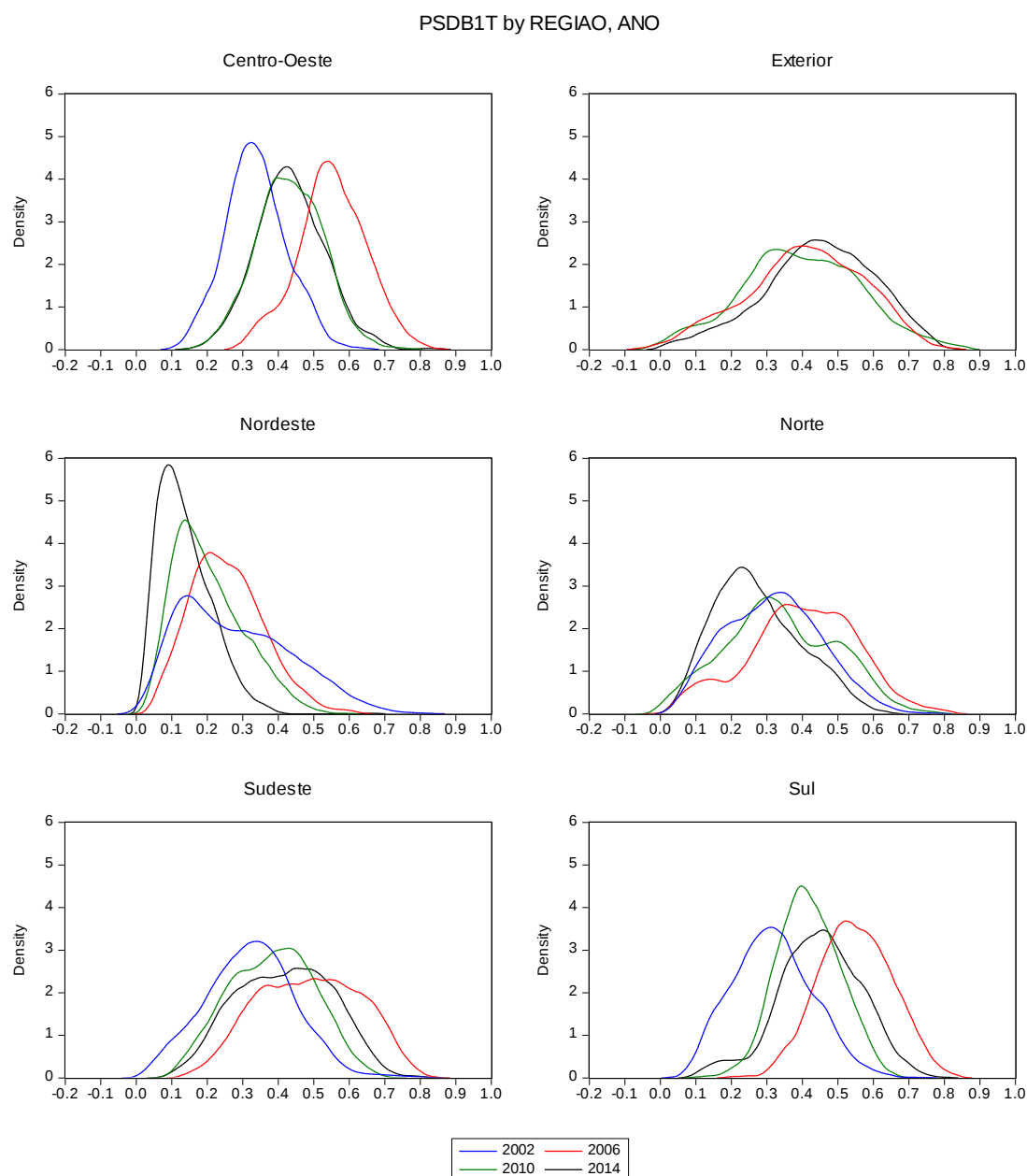


As distribuições nas eleições de 2006 e 2010 são muito parecidas, embora distribuição tenha se deslocado um pouco a direita, a média parece que pouco se alterou. Ou seja, parece que a base eleitoral foi pouco ampliada de forma a consolidar uma vitória eleitoral. Em 2014, a distribuição se deslocou mais em comparação aos anos anteriores e isso, pode ser um sinal dos motivos para a quase obtenção da vitória no pleito.

A Figura 5 apresenta a Distribuição de Kernel da votação do PSDB por região para o primeiro turno. O Centro-Oeste apresenta a menor votação no PSDB em 2002 comparativamente às demais eleições e a maior em 2006, enquanto que em 2010 e 2014 a votação se mantém muito próxima. A votação do partido no Exterior tem se mantido também muito similar ao longo das eleições. A região Nordeste mostra a drástica redução da votação do partido entre as eleições. O Norte apresenta uma maior redução na votação na última eleição. No Sudeste, no ano de 2006 se destaca como o de maior votação no partido. A votação do PSDB na região Sul é similar ao da região Centro-Oeste, mas apresenta contornos mais dramáticos, pois, a eleição de 2002 tem o menor percentual de votação no partido e a eleição de 2006 tem o maior, com as eleições de

2010 e 2014 assumindo uma posição intermediária e uma certa ampliação do voto no partido na última eleição.

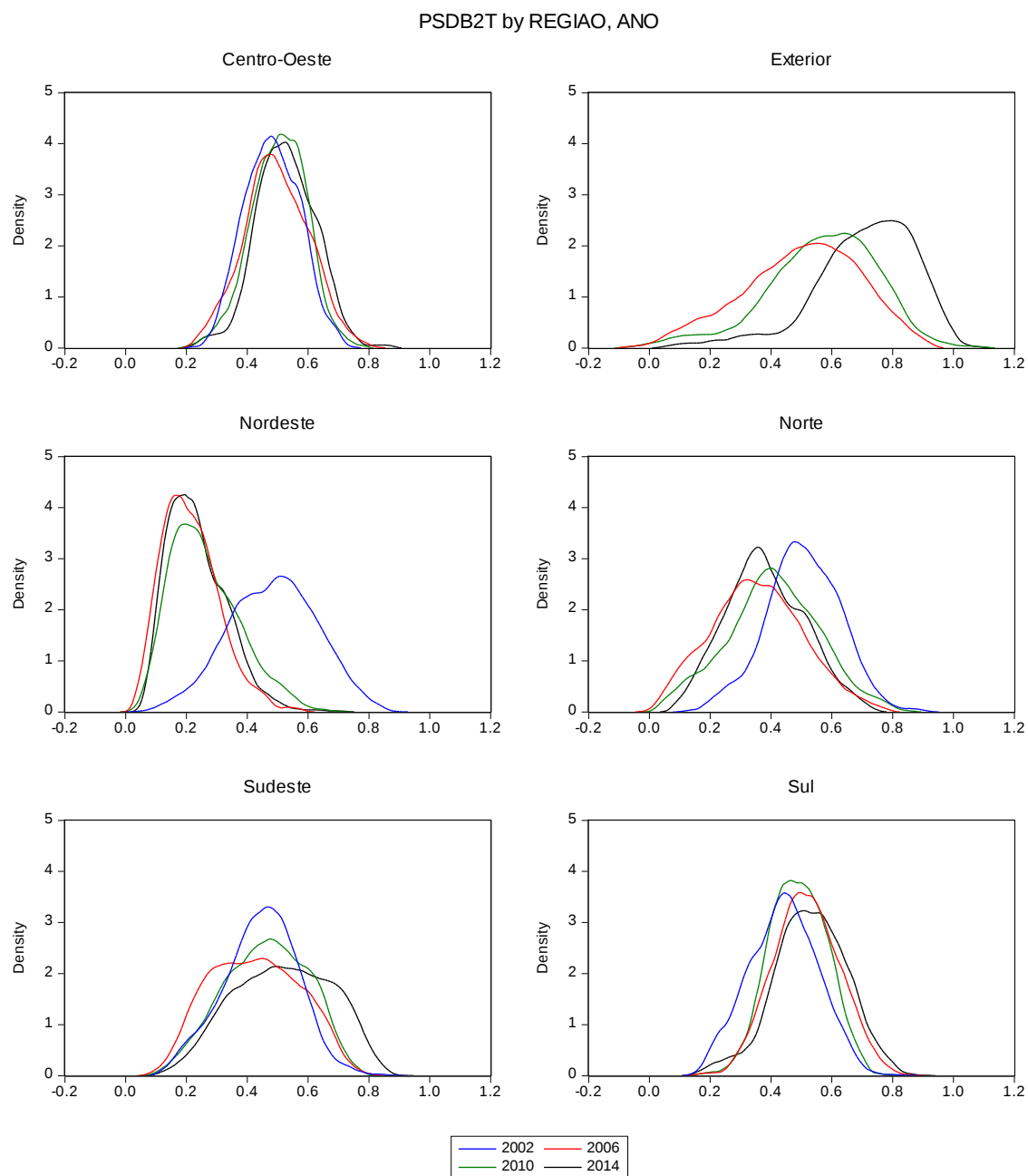
Figura 5 - Distribuição de Kernel para o PSDB por região - primeiro turno



Nas regiões Sul e Sudeste, embora a média tenha se deslocado para a direita, não conseguem obter um desempenho como o de 2006.

Já para o segundo turno, a votação obtida pelo partido não se altera muito entre as eleições na região Centro-Oeste, como demonstra a Figura 6. O padrão de votação no exterior ficou cada vez mais assimétrico a direita indicando um aumento da preferência dos eleitores que vivem no exterior pelo partido.

Figura 6 - Distribuição de Kernel para o PSDB por região - segundo turno



A votação na região Nordeste segue o mesmo padrão do primeiro turno, com forte redução entre as eleições e com a eleição de 2002 destoando do comportamento dos demais anos. O padrão de votação ficou cada vez mais assimétrico a esquerda, com clara perda de representatividade do partido na região.

O mesmo fenômeno é verificado na região Norte, houve redução da votação no partido a cada eleição embora esta tenha sido menos acentuada na região Norte que na região Nordeste.

O Sul novamente apresenta um comportamento similar ao da região Centro-Oeste com uma amplitude maior. Já a região Sudeste, aponta para a ampliação no percentual de votos, em especial na última eleição. Interessante destacar que não houve grandes mudanças na distribuição de votos nas regiões sul e sudeste, todavia, a dispersão se elevou entre os anos.

5. Considerações Finais

Pode-se perceber que o percentual de votos obtido pelo PSDB nacionalmente difere bastante no primeiro mas apresenta um padrão semelhante no segundo turno com exceção da eleição de 2002.

Em 2002, o padrão de votação é unimodal indicando que o percentual de votação no partido foi mais uniforme, mas ele se torna bimodal nas demais eleições com polarização das votações indicando que em alguns municípios o partido obteve alto percentual de votos válidos enquanto em outros obteve baixo percentual.

Os dados por região indicam que, principalmente na eleição de 2014, as regiões Norte e Nordeste apresentaram menor votação no partido tanto no primeiro como no segundo turno. As distribuições do segundo turno são mais uniformes especialmente no Centro-Oeste. Os votos no Exterior, Sul e Sudeste aumentaram enquanto as votações no partido nas regiões Norte e Nordeste diminuíram. Este comportamento explica a distribuição bimodal dos votos no partido a nível nacional, enquanto em alguns

municípios o percentual de votos do partido foi elevado, em outros, este percentual foi bastante reduzido.

Estes resultados sugerem que a volatilidade eleitoral no Brasil difere entre as regiões dada a heterogeneidade do país, mas que há um padrão comportamental de preferência eleitoral claro em cada uma delas, especialmente no segundo turno das eleições presidenciais. Entretanto, são ainda necessários estudos complementares para identificar exatamente se o padrão segue preferências ideológicas ou se o padrão corresponde ao voto pragmático.

Referências Bibliográficas:

BRAGA, M. DO S. S.; PIMENTEL JR, J. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? **Opinião Pública**, v. 17, n. 2, p. 271–303, nov. 2011.

CAMERON, A. C.; TRIVEDI, P. K. **Microeconometrics: Methods and Applications**. [s.l.] Cambridge University Press, 2005.

CANÊDO-PINHEIRO, M. Bolsa Família ou desempenho da economia? Determinantes da reeleição de Lula em 2006. **Economia Aplicada**, v. 19, n. 1, p. 31–61, 2015.

CARRARO, A. et al. “É a economia, companheiro!”: uma análise empírica da reeleição de Lula com base em dados municipais. **IBMEC Working Paper**, n. 41, p. 1–20, 2007.

CARREIRÃO, Y. DE S.; KINZO, M. D. G. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). **Dados**, v. 47, n. 1, p. 131–167, 2004.

CORRÊA, D. S. Economia, Ideologia e Eleições na América Latina. **Dados**, v. 58, n. 2, p. 401–425, jun. 2015.

CORRÊA, D. S. Transferência de Renda e eleições: A trajetória latino-americana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 90, p. 99–115, 2016.

KERBAUY, M. T. M. Os programas de transferência de renda e o voto regional nas eleições presidenciais de 2010. **Opinião Pública**, v. 17, n. 2, p. 477–492, 2011.

MARZAGÃO, T. A dimensão geográfica das eleições brasileiras. **Opinião Pública**, v. 19, n. 2, p. 270–290, 2013.

NICOLAU, J. Eleições presidenciais nos municípios brasileiros: uma breve comparação dos resultados do primeiro turno de 2010 e 2014. **Em Debate**, v. 7, n. 2, p. 29–41, 2015.

PEREIRA, A. E. G.; SHIKIDA, C.; NAKABASHI, L. Análise introdutória dos determinantes da eleição de Dilma. **Revista Economia & Tecnologia**, v. 7, n. 3, 30 set. 2011.

PERES, P.; RICCI, P.; RENNÓ, L. R. A variação da volatilidade eleitoral no Brasil: Um teste das explicações políticas, econômicas e sociais. **Latin American Research Review**, v. 46, n. 3, p.

46–68, 2011.

ZUCCO, C. The President's ' New ' Constituency : Lula and the Pragmatic Vote in Brazil ' s 2006 Presidential Elections *. **Journal of Latin American Studies**, v. 40, p. 29–49, 2008.